

Acordo Ortográfico: sim, não, talvez?

Uma comissão do Ministério da Educação do Brasil avança que o Acordo Ortográfico começará a ser implementado neste país a partir de 1 de Janeiro de 2009. Juridicamente o Acordo já deveria estar em vigor porque foi já assinado por três países membros da CPLP: Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Então?

Jorge Eurico

O Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que tem como escopo a unidade do idioma escrito, é indubitavelmente uma retumbante vitória cultural, sociológica, académica e, por que não, política do Brasil sobre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), facto que, quanto a mim, significa uma oportunidade de "ressurreição" da quinta língua mais falada à face da terra e a terceira mais falada no mundo Ocidental numa altura em que é (era) considerada pelos cientistas sociais como sendo uma língua morta e (bem) enterrada.

Brasília pode, finalmente, embandeirar em arco e lançar foguetes por ter convencido Lisboa, Luanda, Praia, Maputo, Príncipe, Bissau e Dili — e por arrasto a antiga Índia portuguesa (Goa, Damão, Diu, Dadrá e Naga-Aveli), Macau, Guine-Equatorial — a adoptarem uma só grafia com o nobre e oportuno propósito de unir a língua (portuguesa) escrita.

Resultante da “imposição cultural” do Brasil, o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vai alterar 1,6 por cento do vocabulário de Angola, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Maputo, Guiné-Bissau, Portugal Timor-Leste e de demais falantes desta língua que conta com mais de 215 milhões de falantes nativos. Destarte, desaparecerão da actual grafia destes países o «c» e o «p» nas palavras em que estas letras não são pronunciadas, como em «acção», «acto», «baptismo» e «óptimo».

No Brasil, a mudança será menor, porquanto apenas 0,45 por cento das palavras terão a escrita alterada. Por exemplo, o trema utilizado pelos brasileiros desaparecerá completamente e ao hífen acontecerá o mesmo quando o segundo elemento da palavra começa com «s» ou «r», casos em que estas consoantes devem ser dobradas, como em «antirreligioso» e «contrarregra». Apenas quando os prefixos terminam em «r» se mantém o hífen. Exemplos: hiper-realista, super-resistente.

O acento circunflexo sai também de cena nas paroxítonas (palavras com acento tónico na penúltima sílaba) terminadas em «o» duplo («voo» e «enjoo»), usado na ortografia do Brasil, mas não na de Portugal, e da terceira pessoa do presente do indicativo ou do conjuntivo de «crer», «ler», «dar», «ver» e os seus derivados. Passará a escrever-se: creem, leem, deem e veem.

No Brasil, o acento agudo deixará de se usar nos ditongos abertos «ei» e «oi» de palavras paroxítonas como «assembleia» e «ideia». Com a incorporação do «k», «w» e «y», o alfabeto deixará de ter 23 letras para ter 26.

O linguista Malaca Casteleiro, defensor do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, defende ser necessário “um período de adaptação que não deve ser inferior a quatro anos para permitir

as alterações em dicionários, manuais escolares e para a aprendizagem das alterações ortográficas»;

Subscrevo literalmente a opinião de Malaca Casteleiro. É preciso que se dê tempo ao tempo e aos Estados que têm o português como Língua Veicular para que se adaptem às modificações ora «impostas» pelo Brasil ao mundo lusófono.

Aliás, deverá ser por esta razão que o presidente moçambicano Armando Guebuza afirmou que o seu Executivo está a analisar o Novo Acordo Ortográfico e depois de o analisar irá ractificar. E como eles há muitos que assim pensam e assim procederão.

Jorge Eurico

Orlando Castro

«Não» ao Acordo Ortográfico

Considero, sobretudo dada a disparidade das forças em confronto, que a minha luta pelo português de Portugal está condenada à derrota. Apesar disso, continuo a entender que só é derrotado quem desiste de lutar. Ora desistir é algo que me recuso a fazer, mesmo sabendo que do outro lado está uma força monumentalmente maior em todos os aspectos, sobretudo no número de falantes.

Sou, portanto, contra o Acordo Ortográfico. Admito, quando muito, que se deixe que sejam o tempo e os protagonistas a transformar a língua, a dar-lhe eventualmente diferente grafia, tal como acontece com a introdução de novos termos.

É claro que existem letras que, no português de Portugal, podem ser suprimidas sem que venha grande mal ao mundo. Mesmo assim, também não viria grande mal ao mundo se o meu Bilhete de Identidade disse que eu nasci no «uambo». Mas a verdade é que eu nasci no «Huambo».

Se o sapato português já foi «çapato» e a farmácia foi «pharmácia», é bem possível que, de forma natural, também o facto passe a fato. Mas a forma natural é deixar a língua fazer a sua viagem ao logo dos anos, das décadas, dos séculos, sem as amarras que lhe querem pôr.

E o que defendo para Portugal, defendo para qualquer outro dos países lusófonos. É legítimo que os brasileiros, não só porque são especialistas em inventar palavras, mas, sobretudo, porque podem impor a razão da força dos seus muitos milhões de cidadãos, queiram neutralizar a força da razão daquela “meia dúzia” de tugas que estão nas ocidentais praias lusitanas.

Não cabe aos que defendem o português, contudo, abdicar a atirar a toalha ao tapete quando podemos ser poucos, mas podemos ser bons (sem querer dizer que os outros são maus). Creio, aliás, que a língua ainda é das poucas coisas que são verdadeiramente nossas. Tudo o resto é “made in” qualquer outro país.

Por isso, esta é para mim, uma questão de identidade e de honra que deve continuar a ter as suas próprias características, respeitando a dos outros e convivendo em sã harmonia com as diferenças.

Aliás, quando me falam de harmonização (seja do que for) cheira-me logo a algo hitleriano. Por isso, custe o que custar, não serei eu a render-me a um acordo ortográfico contra-natura e violador das diferenças que são, aliás, a grande força da Lusofonia.

Orlando Castro